



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

SEGUNDA CÂMARA DE 14/12/10

ITEM Nº71

PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER

71 TC-000560/026/09

Prefeitura Municipal: Tanabi.

Exercício: 2009.

Prefeito(s): José Francisco de Mattos Neto.

Período(s): (01-01-09 a 07-01-09), (18-01-09 a 12-02-09) e (23-02-09 a 31-12-09).

Substituto Legal: Vice-Prefeito - Samuel Garcia Salomão.

Período(s): (08-01-09 a 17-01-09) e (13-02-09 a 22-02-09).

Advogado(s): Renato Garcia Scrocchio e outros.

Acompanha(m): TC-000560/126/09 e Expediente(s): TC-007899/026/08 e TC-001378/008/09.

Auditada por: UR-8 - DSF-I.

Auditoria atual: UR-8 - DSF-I.

RELATÓRIO

Em exame as **contas do Prefeito Municipal de Tanabi, referentes ao exercício de 2009.** À vista das falhas anotadas pela Unidade Regional de São José do Rio Preto - UR-08 (fls.26/53), apresentou o responsável, Senhor José Francisco de Mattos Neto, após notificação (fl.55), os seguintes esclarecimentos (expediente TC-001022/008/10 - fls.57/67):

2.1.1 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS:

- Falta de cobrança de ISS devido pelos Cartórios de Registros.

Defesa - Argumenta que a matéria é polêmica e que a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou constitucional o lançamento de créditos decorrentes da incidência tributária sobre os serviços notariais somente foi divulgada em 1º de agosto de 2008. Comunica que a Prefeitura já instaurou procedimento



fiscal com vistas à apuração dos tributos devidos.

2.2.1 - APLICAÇÃO NO ENSINO:

- Pagamento de despesas não elegíveis (uniforme) e inclusão nos 25% do Ensino.

Defesa - Ainda que glosado o valor de R\$ 13.246,40, a Administração destinou 26,31% dos recursos de impostos e transferências ao setor.

2.2.1.4 - OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO LOCAL: - O plano de carreira do setor não contempla o piso salarial nacional para os profissionais do magistério.

Defesa - Entende que a legislação federal que trata do tema supre a necessidade de regulamentação local.

2.2.5 - OUTRAS DESPESAS:

- Adiantamentos concedidos ao Prefeito contrariando o art. 68 da Lei 4.320/64.

Defesa - Informa que a Lei Municipal nº 2.106/07 contém expressa previsão da possibilidade da concessão de adiantamentos ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos demais agentes públicos e defende a interpretação "ampliada" do conceito de servidor público contido no artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/64.

- Empenhos de adiantamento registrados como empenhos ordinários no Sistema AUDESP.

2.3.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Falta da consolidação das contas da Fundação Educacional de Tanabi.

Defesa - Alega que a Fundação Educacional de Tanabi não mais compõe a estrutura administrativa do município e deixou de receber recursos do tesouro local, encaminhando a Lei Municipal nº 1.786/2002 para comprovar o alegado.

2.4 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- Modificação do Orçamento.

Defesa - Segundo o responsável, a própria Lei de



Responsabilidade Fiscal determina alterações orçamentárias de modo a evitar que a respectiva execução demonstre risco ao anteriormente planejado.

4.2 - LICITAÇÕES - FALHAS DE INSTRUÇÃO:

- Fracionamento de compras: compras de gêneros alimentícios e de material de consumo realizadas em desacordo com os valores licitados.

Defesa - Acredita que contratações diversas dos mesmos fornecedores não são suficientes para se concluir sobre a existência de fracionamento de licitação e explica que os supermercados escolhidos comercializam materiais de consumo diversos.

4.3 - DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES:

- Contratação de empresas por valores superiores ao limite para dispensa.

Defesa - Sustenta que a fiscalização apenas relatou situações de dispensa e de inexigibilidade alheias àquelas previstas em função do valor.

5.1 - CONTRATOS REMETIDOS AO TRIBUNAL:

- Encaminhamento extemporâneo de contrato com valor superior ao limite para a remessa.

Defesa - Aduz que o atraso na remessa não impossibilitou a análise dos contratos.

5.3 - EXECUÇÃO CONTRATUAL:

- Contratos rescindidos em virtude de execução parcial por parte da contratada, sem aplicação de penalidades.

Defesa - Explica que a comentada rescisão processou-se de forma amigável, informando que o município não experimentou nenhuma espécie de prejuízo à vista da inexistência de inexecução contratual, mas de mero atraso no cronograma das obras. Afirma que o procedimento possibilitou a celeridade de nova licitação e o cumprimento do prazo imposto pela Caixa Econômica Federal.

7.1 - QUADRO DE PESSOAL:

- Cargos de Contador, de Lançador, de Tesoureiro e



de Encarregado de Departamento Pessoal vagos, enquanto as funções foram desempenhadas por servidores ocupantes de cargo em comissão.

Defesa - De acordo com o peticionário, a existência de profissionais com capacitação técnica para o desempenho das respectivas atividades ensejou economia à Administração.

8 - SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS:

- Ausência de lei específica para reajuste dos subsídios dos Secretários Municipais.

Defesa - Esclarece que os Secretários Municipais não possuem funções políticas e são remunerados por meio de vencimentos, cujo respectivo reajuste foi concedido nos mesmos parâmetros adotados em relação aos demais servidores públicos pela Lei Municipal nº 2.217/09.

13 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA:

- Falta de divulgação da LOA, do parecer prévio do Tribunal e do relatório de gestão e execução orçamentária na página eletrônica do município.

Defesa - Informa sobre a divulgação do parecer e do relatório mencionados em diversos meios eletrônicos disponíveis na internet, assegurando a falta de intenção de ocultar tais informações.

14 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

- Remessa intempestiva de documentos por meio do Sistema AUDESP, falta de encaminhamento do cadastro eletrônico de obras e atendimento parcial às recomendações deste Tribunal.

Defesa - Assegura que o encaminhamento extemporâneo não prejudicou a análise dos demonstrativos reclamados e noticia a adoção de medidas para a correção dos desacertos apontados.

15 - SISTEMA AUDESP - emissão de alertas.

Defesa - Afirma que os alertas alcançaram a sua finalidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnica e Chefia de ATJ manifestaram-se pela emissão de parecer favorável às contas ora examinadas.

Índices apurados pela auditoria

Aplicação no Ensino	- 26,31%
Despesas com FUNDEB	- 100%
Magistério - FUNDEB	- 76,42%
Despesas com Pessoal	- 46,85%
Aplicação na Saúde	- 23,49%
Superávit Orçamentário	- 2,66%

Acompanham os autos os expedientes:

TC-001378/008/09 - Reclamação trabalhista proposta por Evanilda Antonio dos Santos contra o Município. Auditoria informa que a ação foi julgada procedente e gerou o ofício requisitório nº 283/2010.

TC-007899/026/08 - Possíveis irregularidades relativas a desvio de função de servidores. Matéria tratada no item 7.1 do relatório de auditoria.

Pareceres anteriores:

Exercício de 2006:	favorável	(TC-003429/026/06)
Exercício de 2007:	favorável	(TC-002566/026/07)
Exercício de 2008:	favorável	(TC-002095/026/08)

É o relatório.

GCECR
JMCF



VOTO

Aplicação no Ensino	- 26,31%
Despesas com FUNDEB	- 100%
Magistério - FUNDEB	- 76,42%
Despesas com Pessoal	- 46,85%
Aplicação na Saúde	- 23,49%
Superávit Orçamentário	- 2,66%

Algumas falhas de natureza formal e outras passíveis de recomendação não maculam a totalidade dos demonstrativos sob exame.

A propósito, a instrução indica pagamento dos subsídios aos Agentes Políticos nos termos da Lei Municipal nº 2.179/08, restando evidenciado que o reajuste dos vencimentos dos Secretários Municipais foi concedido por meio da Lei Municipal nº 2.217/2009.

Além da regularidade do recolhimento dos encargos sociais, a Prefeitura efetuou repasses à Câmara nos moldes do § 2º, do artigo 29-A, da CF, bem como promoveu a aplicação dos recursos advindos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE de acordo com a Lei Federal nº 10.336/01; promoveu também aplicação de recursos oriundos de das multas de trânsito consoante prescrições do artigo 320, parágrafo único, da Lei Federal nº 9.503/97 e dos Royalties conforme previsto pelos artigos 8º, da Lei Federal nº 7.990/89 e 24, do Decreto Federal nº 01/91.

Demais, constatou a fiscalização que o Executivo liquidou o valor equivalente ao somatório dos mapas orçamentários de precatórios apresentados em 2008 e dos requisitórios de baixa monta



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

incidentes em 2009, destacando-se a inexistência de saldo de dívidas judiciais de exercícios anteriores.

Os registros e as peças contábeis evidenciam evolução crescente dos resultados financeiro (646,7%) e patrimonial (5,14%), em relação ao exercício pretérito (2007), além do resultado econômico positivo (R\$ 703.839,25) e do superávit da execução orçamentária de 2,66%. A dívida Consolidada Líquida representa 3,28% da receita corrente líquida e o seu crescimento no exercício decorreu da confissão de débitos junto ao INSS.

O ensino municipal mereceu destinação do equivalente a **26,31%** da receita resultante de impostos (art.212 da CF) e **76,42%** dos recursos do FUNDEB constituíram a quantia destinada aos profissionais do Magistério, de acordo, portanto, com o disposto no artigo 60, inciso XII, do ADCT, da Constituição Federal, evidenciando-se a utilização de **100%** do montante advindo do FUNDEB, no período examinado, como previsto no artigo 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/07¹.

Apesar de a área da saúde municipal ter merecido aplicação de **23,49%** da receita de

¹ **Art. 21.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito **Federal** e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta **Lei**, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

impostos, patamar superior ao exigido pelo artigo 77 do ADCT, aponta o relatório de auditoria taxas de mortalidade da população entre 15 e 34 anos acima da média da região e do Estado (Dados SEADE), impondo, assim, a implantação de políticas públicas voltadas ao atendimento médico eficaz, à melhora do saneamento básico e da assistência social, no intuito de reverter a situação anotada.

As despesas com pessoal atingiram **46,85%** da Receita Corrente Líquida, abaixo, portanto, do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convencem as justificativas da origem em relação às falhas apontadas nos itens alterações orçamentárias, licitações, resultado da execução orçamentária, dispensa/inexigibilidades, execução contratual e subsídios dos agentes políticos.

Nestas circunstâncias, Voto pela emissão de **parecer favorável às contas do Prefeito de Tanabi, relativas ao exercício de 2.009.**

Proponho, ainda, recomendações que serão transmitidas pela Unidade Regional de São José do Rio Preto para que a Administração Municipal integre o piso salarial nacional dos profissionais do magistério no plano de carreira do ensino, observe o artigo 68, da Lei Federal nº 4.320/64, registre adequadamente os empenhos de adiantamentos no sistema AUDESP, respeite o prazo para a remessa de contratos a esta Corte, reveja a situação funcional dos servidores que ocupam cargos em comissão, passe a divulgar a LOA, o parecer prévio deste Tribunal e o relatório de gestão e execução orçamentária na página eletrônica do município e atente para as instruções e recomendações desta Casa.

Deverá a auditoria, na próxima inspeção, verificar se as providências noticiadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

pela origem afastaram o desacerto anotado no item *fiscalização das receitas*.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

É O MEU VOTO.

GCECR
JMCF